

Desenvolvimento da internacionalização no Brasil nas últimas duas décadas

Development of internationalization in Brazil in the last two decades
Desarrollo de la internacionalización en Brasil en las últimas dos décadas

GEISIANE ANTONITA DO NASCIMENTO

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9600-1507>

Universidade Federal de Pernambuco

Programa de Pós-graduação em Administração

Linha de pesquisa em Gestão Organizacional: Estratégia, Operações e Sustentabilidade
Campina Grande, PB, Brasil

SIBELE THAÍSE VIANA GUIMARÃES DUARTE

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8412-3002>

Universidade Estadual da Paraíba

Departamento de Administração e Economia

Campina Grande, PB, Brasil

Resumo: Este ensaio teórico tem como propósito evidenciar como a internacionalização (acadêmica e estudantil) se desenvolveu no Brasil entre os anos de 2003 e 2020. Dados colhidos por meio da CAPES e do CNPQ demonstram que, ao longo dos anos, houve períodos de crescimento e queda na oferta de bolsas, assim como priorização de áreas específicas. As evidências apontam um claro “descompromisso” por parte dos últimos governos, no que tange a mobilidade acadêmica e estudantil. Decerto, a falta ou má aplicação de políticas públicas de fomento à internacionalização a médio e longo prazo podem ser desastrosas.

Palavras-chave: internacionalização; mobilidade acadêmica-estudantil; instituições de ensino superior.

Abstract: *This theoretical essay aims to show how internationalization (academic and student) developed in Brazil between 2003 and 2020. Data collected through CAPES and CNPQ show that over the years there have been periods of growth and decline in supply grants and prioritization of specific areas. Evidence points to a clear “disengagement” on the part of recent governments about academic and student mobility. Certainly, the lack or bad application of public policies to promote internationalization in the medium and long term can be disastrous.*

Keywords: *internationalization; academic-student mobility; higher education institutions.*

Resumen: *Este ensayo teórico tiene como objetivo mostrar cómo se desarrolló la internacionalización (académica y estudiantil) en Brasil entre los años 2003 y 2020. Los datos recopilados a través de CAPES y CNPQ muestran que a lo largo de los años hubo períodos de crecimiento y disminución en la oferta de becas, así como priorización de áreas específicas. La evidencia apunta a un claro “desenganche” por parte de los últimos gobiernos, en cuanto a la movilidad académica y estudiantil. Ciertamente, la falta o mala aplicación de políticas públicas para promover la internacionalización en el mediano y largo plazo puede ser desastrosa.*

Palabras clave: *internacionalización; movilidad académico-estudiantil; instituciones de educación superior.*

INTRODUÇÃO

Existe o entendimento de que a internacionalização institucional e nacional do Ensino Superior está relacionada aos processos de capacitação neste ponto, sendo alvo de análise e indução de diversos órgãos nacionais e internacionais (BORGES; TAUCHEN, 2017). A internacionalização é costumeiramente quista como benéfica e como elemento base no contexto de transformação do ensino superior (MARMOLEJO, 2012). Desta forma, a internacionalização pode ser um caminho para melhoria da qualidade da educação superior tendo em vista que a mesma busca a capacitação do indivíduo, o desenvolvimento de novas habilidades e saberes, o intercâmbio cultural, a cooperação e a colaboração entre as instituições, o que possibilita um diálogo entre os países e a diminuição do distanciamento técnico, tecnológico e cultural em determinados âmbitos (DIAS, 2004).

A internacionalização não é um fenômeno recente possuindo vários sentidos (MOROSINI, 2006; BORGES; TAUCHEN, 2017; MAUÉS; BASTOS, 2017) e se materializando em diferentes modalidades (CUNHA; RESCHKE, 2016). No Brasil, a principal modalidade é a estudantil conhecida por muitos como “intercâmbio” e que se tornou foco estratégico nacional bilateral através da parceria educacional Brasil-EUA a partir de 2011 resultando na promulgação do programa Ciência sem Fronteiras em 2012 (SPEARS, 2014) que proporcionou um crescimento significativo na oferta de bolsas para intercâmbio nacional e, principalmente, com destino para o exterior.

Neste sentido, o Estado brasileiro priorizou a oferta de bolsas para a modalidade exterior, tendo como principais órgãos de incentivo à educação superior no âmbito da internacionalização, a CAPES/MEC, o CNPq/MCTI e o Itamaraty (MAUÉS; BASTOS, 2017). Assim, nos últimos anos, o governo brasileiro buscou a criação de políticas públicas de incentivo ao processo de internacionalização. Cabe salientar que ao longo dos anos os governos eleitos deram maior ou menor ênfase à educação superior, especificamente à internacionalização. Este fato fica evidente ao observar os dados referentes à concessão de bolsas para mobilidade acadêmica e estudantil nestes dezessete anos. Além disso, a partir da agenda de cada governo alinhada à política de internacionalização, chama a atenção a priorização de áreas de conhecimento específicas em detrimento de outras igualmente importantes.

Disto isto, a literatura sobre internacionalização e suas diferentes modalidades aponta os inúmeros benefícios advindos do processo de mobilidade acadêmica e estudantil no que tange a aproximação da relação entre diferentes países e instituições e a cooperação e colaboração de instituições que possibilita a ampliação do saber em áreas específicas, contribuições para os países no âmbito econômico,

educacional, cultural, tecnológico e o estreitamento das relações políticas, além da qualificação e capacitação dos contemplados com o intercâmbio, este conjunto de elementos proporciona o desenvolvimento do país.

Diante do exposto, este ensaio teórico tem como propósito evidenciar como a internacionalização (acadêmica e estudantil) se desenvolveu no país entre os anos de 2003 a 2020. Para tanto, este ensaio faz uma discussão sobre a internacionalização no ensino superior brasileiro, destacando algumas políticas de internacionalização, importância da mobilidade estudantil no âmbito acadêmico e profissional e as consequências da falta de investimento nessa esfera, assim como, os principais investimentos e incentivos na mobilidade acadêmica entre os anos de 2003 a 2020, a partir de dados do CAPES e CNPq.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO BRASILEIRAS

A internacionalização no ensino superior não se caracteriza como um processo recente, na Idade Média já ocorria a mobilidade dos estudantes europeus para as poucas universidades existentes naquele período (PEREIRA; PASSOS, 2015 *apud* AGUIAR PEREIRA; HEINZLE; PINTO, 2017).

De acordo com Dias (2004), apesar de muitas vezes a internacionalização ser confundida com comercialização em nível global, ressalta que ela é crucial para

[...] reduzir os desníveis entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, por meio da transferência do conhecimento e da tecnologia, o que implica o desenvolvimento de uma colaboração solidária para ampliar o entendimento intercultural utilizando o intercâmbio de professores, estudantes e pesquisadores (p. 906).

Ainda segundo o autor, as instituições não conseguem atingir excelência em todas as áreas do conhecimento, sendo fundamental a cooperação e a formação de redes educacionais, atendendo aos objetivos comuns e buscando diminuir a distância técnica, tecnológica e cultural em determinados campos, difundindo o conhecimento de forma mais igualitária (DIAS, 2004).

A internacionalização é um conceito polissêmico que envolve múltiplas terminologias, para Morosini (2006, p. 115):

[...] é um conceito complexo, com uma diversidade de termos relacionados apresentando diversas fases de desenvolvimento. São citadas: a) dimensão internacional – presente no século XX, que caracterizava por ser uma fase incidental mais do que organizada; b) educação internacional: atividade organizada prevalente nos Estados Unidos, entre a segunda guerra mundial e o término da guerra fria, preferentemente por razões políticas e de segurança nacional; e c) internacionalização da Educação Superior, posterior à guerra fria e com características de um processo estratégico ligado à globalização e à regionalização das sociedades e seu impacto na educação superior.

De acordo com Souza Júnior (2010, p. 8-9), a “internacionalização é relativa às práticas exercidas no âmbito da educação por governos e instituições, visando à mobilidade e/ou transferência de conhecimento do sistema educacional de um Estado para o sistema de outro Estado”. Neste sentido, Castro e Cabral Neto (2012, p. 70) consideram que “a internacionalização da educação superior deve ser concebida de forma ampliada, porque compreende, além da cooperação técnica, a inserção de uma dimensão internacional ou intercultural em todos os aspectos da educação e da pesquisa”.

O avanço científico e tecnológico no século XXI tornaram os processos de internacionalização ainda mais importantes devido principalmente à interdependência econômica e ao equilíbrio mundial entre os países, levando-os a uma visão de mundo global e interligada (CUNHA; RESCHKE, 2016).

A percepção do mundo em um contexto conectado, na qual se considera que mudanças políticas, econômicas, ambientais e sociais afetam o desenvolvimento planetário como um todo, é crucial para o desenvolvimento de uma cultura global voltada para a disseminação de informações e conhecimentos de forma mais homogênea entre as nações. Percepção esta que, ao ser analisada, de forma superficial, pode ser considerada simplista ou utópica, tendo em vista que na maioria das vezes as ações políticas e econômicas se restringem ao atendimento de grupos ou países específicos.

Neste contexto, o entendimento de que o grau de processamento das informações é fundamental para o desenvolvimento das sociedades capitalistas, na atualidade, têm levado os países a repensarem seus sistemas de ensino superior (CASTRO; CABRAL NETO, 2012).

Na Conferência Mundial sobre Ensino Superior ocorrida em Paris no ano de 2009, “às novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social”, elaborada pela UNESCO é apontada a construção de redes de universidades internacionais, parcerias para a pesquisa e o intercâmbio de estudantes e profissionais como forma das instituições de educação superior de todo

mundo ajudarem no desenvolvimento através da transmissão de conhecimentos, cruzando fronteiras e buscando soluções comuns, visando promover a circulação do saber (CASTRO; CABRAL NETO, 2012).

No Brasil, o processo de internalização da educação brasileira começa no Brasil Colônia e nos últimos anos a internacionalização da Educação Superior vem sendo introduzida como um diferencial nas agendas das universidades brasileiras gerando avanços no que diz respeito à qualidade do ensino (CASTRO; CABRAL NETO, 2012). As autoras destacam ainda que “o esforço da ciência precisa estar a serviço da qualidade de vida para todos. Esse deve ser o intuito da internacionalização, quando compreendida com base na solidariedade” (CASTRO; CABRAL NETO, 2012, p.03).

Em 2000, por meio de convênios diretos entre universidades brasileiras e estrangeiras e por meio de programas governamentais, há uma intensificação da internacionalização na graduação e, a partir de 2011, há um crescimento na mobilidade acadêmica no ensino superior com a criação do Programa Ciências sem Fronteiras (PCsF) (AGUIAR PEREIRA; HEINZLE; PINTO, 2017).

Maués e Bastos (2017), em análise de algumas políticas públicas brasileiras de internacionalização envolvendo a mobilidade de alunos e professores, apontam que nos últimos vinte anos em relação à internacionalização, o governo priorizou a oferta de bolsas para a modalidade exterior e os principais órgãos brasileiros de fomento à educação superior neste âmbito foram a CAPES/MEC e o CNPq/MCTI, além do Itamaraty.

Neste contexto, observa-se uma maior preocupação do governo brasileiro no desenvolvimento de políticas de internacionalização destinadas à educação do ensino superior nos últimos anos e com a capacitação e a qualificação de profissionais em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e crescimento socioeconômico do país.

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIDADE ACADÊMICA NO ÂMBITO ACADÊMICO E PROFISSIONAL E AS CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE INVESTIMENTO NESTA ESFERA

Os estudantes participantes de programas de mobilidade reconhecem sua importância como forma de destacá-los dos demais concorrentes, frente a sua inserção futura no mercado de trabalho, sendo este um diferencial curricular que os tornam mais competitivos. A internacionalização conduz a oportunidade de dar significação aos currículos visando à ampliação dos conhecimentos no exterior, através da conquista de novos saberes, experiências e habilidades (CUNHA; RESCHKE, 2016).

Para os empregadores, a mobilidade internacional promove o amadurecimento emocional dos jovens, além de ampliarem seu capital intelectual (DOUEK ZYLBERSTAJN, 2007 *apud* LIMA; RIEGEL, 2010). Isto demonstra a valoração atribuída aos profissionais que tiveram a oportunidade de vivenciar experiências de mobilidade internacional. Maués e Bastos (2017) apontam que os indivíduos que passaram por uma experiência de internacionalização terão menos probabilidade de ficarem desempregados.

Segundo Spears (2014, p. 158), “estudar no exterior é uma das experiências mais poderosas que um jovem adulto pode ter durante seus anos de formação profissional”. A mobilidade estudantil possibilita a ampliação da capacidade intelectual e oportuniza aos estudantes brasileiros, experiências de ensino diferentes e dificilmente encontradas em seu país de origem (Spears, 2014). Estudar no exterior tem impacto significativo no percurso formativo dos jovens e concebe um ambiente de crescimento pessoal e profissional (CUNHA; RESCHKE, 2016). As autoras Borges e Tauchen (2017, p. 9251) destacam que a mobilidade estudantil vivenciada pelos atores foco de sua pesquisa “contribuiu com a promoção da integração, oportunizando a socialização das identidades culturais e acadêmicas e com mudanças diversas”. Isto amplia a empatia e o conhecimento cultural, indo além de questões políticas e técnicas, aproximando os indivíduos e proporcionando a vivência de diferentes contextos sócio-históricos.

Uma ressalva importante está em torno da absorção destes futuros profissionais no país. A política de internacionalização deve buscar meios de promover a absorção desses indivíduos altamente qualificados (SPEARS, 2014) e desenvolver nos beneficiários das diversas modalidades o compromisso com seu país, evitando problemas como a evasão de profissionais, a comercialização da educação, entre outros pontos (CUNHA; RESCHKE, 2016). Além disso, a mobilidade ajuda no processo de internacionalização, mas, a longo prazo, deve ter seus objetivos e estratégias nacionais claros para que assim possa definir seus critérios de qualidade e atingir seus objetivos almejados de forma efetiva (LUCE; FAGUNDES; MEDIEL, 2016).

Diante os argumentos apresentados, fica evidente a importância da internacionalização e da mobilidade internacional não apenas na capacitação dos beneficiários dos programas, como também para o desenvolvimento dos países envolvidos no processo, assim como, para diminuir o distanciamento cultural, o aprendizado de novas técnicas e métodos em diversas áreas, da qualidade de ensino entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, além da formação de cidadãos planetários, a busca pela solidariedade e a cooperação. Isto nos leva a uma questão

fundamental: a existência de políticas públicas que viabilizem a participação das pessoas no processo de mobilidade internacional, principalmente aquelas de baixa renda.

Neste sentido, dados do *Comité Économique Et Social Européen* indicam que, a depender da natureza da política de internacionalização estabelecida no país e por serem destinados poucos recursos a este fim, cerca de 90% dos estudantes e pesquisadores não farão a internacionalização no exterior (ÉCONOMIQUE ET SOCIAL EUROPÉEN, 2014 *apud* MAUÉS; BASTOS, 2017).

A falta ou má aplicação de investimento em políticas públicas de internacionalização e / ou a priorização de áreas específicas em detrimento a outras pode acarretar diminuição no número de participantes, aumentar a desigualdade social por monopolizar a participação de classes sociais específicas em detrimento a outras, aumentar as barreiras educacionais, sociais, tecnológicas, culturais e econômicas, justamente pelo fato de dificultar o processo de cooperação entre os diversos países e, assim, impedir o próprio desenvolvimento do país, tendo conseqüências negativas a longo prazo. Outro ponto que vale a pena relembrar é que a falta de investimentos pode forçar pesquisadores, professores e estudantes a irem para outros países em busca por melhores oportunidades profissionais e educacionais.

METODOLOGIA

Este ensaio demonstrou como a internacionalização (acadêmica e estudantil) se desenvolveu no país entre os anos de 2003 a 2020.

Os procedimentos metodológicos para tal compreenderam uma pesquisa bibliográfica sobre a internacionalização no ensino superior e as suas modalidades, sendo estas a mobilidade acadêmica e estudantil, com o intuito de obter-se uma base teórica sólida acerca do assunto, seguida de uma pesquisa no banco de dados da CAPES e CNPq para coletar dados sobre a concessão de bolsas em diferentes modalidades.

Optou-se pelo ensaio teórico por ser um meio de investigação e ponderações no que diz respeito ao objeto e as considerações apresentadas que, no transcorrer do ensaio, provocam os leitores a inferir a partir de sua reflexão sobre a temática, caracterizando-se como um rico meio de diálogo sobre o objeto de estudo (MENEGHETTI, 2011).

Para a coleta de dados, os atores acessaram os dados estatísticos sobre a internacionalização do ensino superior no site da CAPES com recorte histórico dos anos de 2003 a 2020. Quanto ao CNPq, foi utilizado o mesmo procedimento, porém, no período de coleta dos dados só constavam as séries históricas de 2003 a 2015.

No tratamento dos dados, foi utilizado o *software MS Excel* para a organização dos dados estatísticos e a criação de gráficos que permitiram melhor visualização das nuances quanto à oferta de bolsas para a mobilidade acadêmica.

O próximo item apresenta os resultados e as discussões do estudo evidenciando os principais investimentos e incentivos na mobilidade acadêmica entre os anos de 2003 e 2020 e o quantitativo em termos de concessões de bolsas.

RESULTADOS E ANÁLISES

É relevante destacar que a importância política, o desenvolvimento econômico, científico e tecnológico dos países e as regiões no contexto mundial influenciam no processo de receptividade dos alunos à mobilidade, exemplo disto está evidenciado no fato que, entre os anos de 2004-2008, a região que mais recebeu estudantes, em mobilidade, foram as regiões da América do Norte e da Europa Ocidental (CASTRO; CABRAL NETO, 2012). Assim, a escolha dos países de destino à mobilidade internacional está voltada não apenas ao intercâmbio cultural, mas, também, ao nível de desenvolvimento econômico, tecnológico e científico, assim como sua influência e poder político.

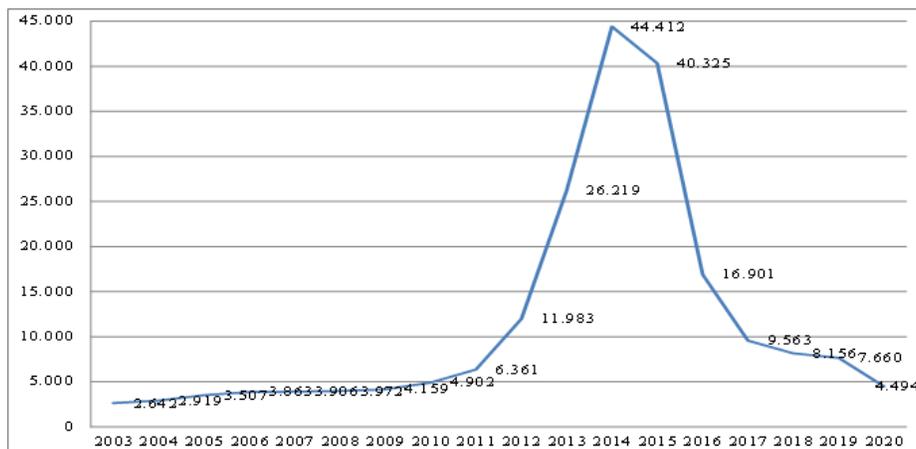
No contexto brasileiro, com o intuito de ampliar o acesso ao ensino superior, os governos dos partidos dos trabalhadores realizaram a elaboração de vários programas destinados à expansão do ensino superior (LAISNER, 2019). Laisner (2019, p. 11) destaca que: “através dos projetos realizados durante os governos Lula e Dilma verificou-se uma forte influência do Estado como agente na elaboração das políticas públicas e na promoção da igualdade de classes”.

Neste cenário, o processo de internacionalização do ensino superior também ganhou destaque e se intensificou de maneira significativa.

A figura 1 apresenta informações referentes ao número de bolsas concedidas pela CAPES no período de 2003 a 2020 comparando o número de bolsas total e por modalidade. Nessa figura, fica evidente o intenso crescimento da mobilidade internacional entre os anos de 2012 a 2015, quando a graduação sanduíche se destaca significativamente em relação às demais modalidades, com um total de 87.732, nos referidos anos. A partir do ano de 2016, mesmo apresentando uma oferta considerável de contemplados (16.901), sendo ainda a graduação sanduíche com o maior número de bolsas ofertadas (10.593) e apresentando valor total de bolsas

superior ao ano de 2012 (11.983), ano quando a oferta de bolsas foi ampliada e teve um crescimento notável, o cenário nacional começa a mudar e o número de vagas oferecidas diminuiu drasticamente.

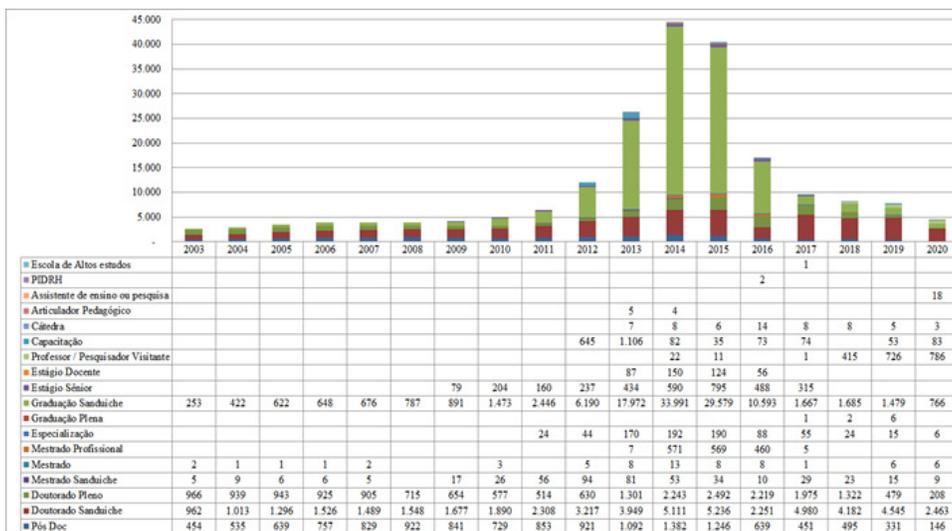
Figura 1 - Total de bolsas de ensino no exterior concedidas pela CAPES na série histórica de 2003 a 2020



Fonte: Criação própria com base em dados da <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/#>> (2021).

O crescimento seguido do decréscimo na oferta de vagas à internacionalização pode ter ocorrido devido ao programa Ciências sem Fronteiras criado (PCsF) em 2012 pela até então presidenta Dilma Rousseff que foi, a partir do ano de 2016, suspenso e encerrado no ano seguinte. O programa focava na concessão de bolsas no nível de graduação. O que pode justificar o aumento expressivo de bolsas na modalidade.

**Figura 2 - Distribuição de bolsas de ensino no exterior CAPES
(Comparação por modalidade)**



Fonte: Criação própria com base em dados da <<https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/#>> (2021).

A respeito do total de bolsas, observamos, na série histórica de 2003 a 2020, que as modalidades que mais receberam atenção foram: Graduação Sanduiche (112.140), Doutorado Sanduiche (49.643), Doutorado Pleno (20.007) e Pós-doutorado (13.262). Um fato interessante a respeito do Doutorado Pleno é que o mesmo sofreu uma queda gradual até 2012, retomando o crescimento entre 2013 e 2015 e voltando a cair em 2016. Fato este que perdura até o ano de 2020.

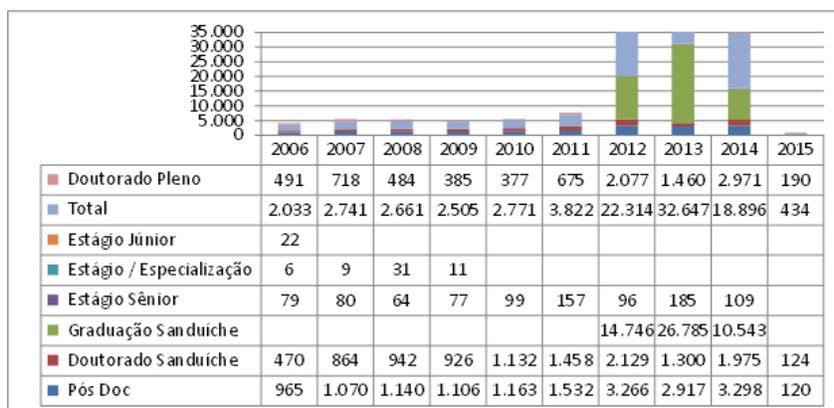
Um dado importante acerca da figura 2 e 3 é a queda proeminente no número de bolsas ofertadas a partir do ano de 2016, com exceção do Mestrado Pleno que manteve a mesma oferta do ano anterior (08) e a Capacitação de Professor de Educação Básica (73), que teve um aumento no número de bolsas se comparado ao ano anterior, 2015, com a oferta de 35 bolsas, porém, em 2018 não foi ofertada nenhuma bolsa.

Os anos de 2019 e 2020 demonstram-se alarmantes quanto à mobilidade acadêmica, todas as modalidades apresentam quedas drásticas em sua oferta. As exceções são o Doutorado Sanduiche que obteve um crescimento em 2019 (4.545) em relação a 2018 (4.182), tendo uma diminuição considerável de vagas no ano de 2020 (2.463), a modalidade Professor/Pesquisador sendo os anos com maior oferta de vagas (726, 786) e uma nova modalidade chamada de Assistente de ensino ou pesquisa, com o total de 18 vagas ofertadas em 2020.

Quanto ao CNPQ, na série histórica de 2006 a 2015, o órgão ofertou um total de 90.824 bolsas na modalidade externa, dentre as quais as seguintes modalidades receberam mais investimentos: Graduação Sanduíche (52.074), Pós-doutorado (16.577), Doutorado Sanduíche (11.320), Doutorado Pleno (9.828).

A figura 3 apresenta informações referentes ao número de bolsas concedidas pelo CNPQ no período de 2006 a 2015, comparando o número de bolsas total e por modalidade.

Figura 3 - Distribuição de bolsas de ensino no exterior CNPQ (Comparação por modalidade e total)



Fonte: Criação própria com base em dados da <<http://estatico.cnpq.br>> (2020).

De acordo com a figura 3, entre os anos de 2012 e 2014, foram concedidas um total de 73.857, contudo, no ano de 2015, houve uma queda brusca na oferta de bolsas em todas as modalidades, sendo ofertadas apenas 434 em três modalidades (Pós-Doutorado, Doutorado Sanduíche e Doutorado Pleno).

Os dados da CAPES e do CNPQ demonstram que, ao longo dos anos, houve períodos de crescimento e queda na oferta de bolsas, assim como a priorização de áreas específicas. Os motivos para a diminuição gradativa na oferta de bolsas vão desde econômico-financeiros a políticos. Maués e Bastos (2017, p. 339) colaboram com esta indagação destacando que os cortes no número de bolsas nos últimos anos é “um reflexo da crise do capitalismo no financiamento das políticas para a educação superior no país”.

No cenário atual, através do decreto 9.741, o então presidente Bolsonaro autorizou o corte de 42,27% nas despesas de investimento do orçamento do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o ministério mais atingido é o da Educação, com um bloqueio de R\$ 5,840 bilhões.

Dentre as agências mais atingidas, estão a CAPES (congelamento de R\$ 819 milhões) e o CNPq (estimativa de cerca de R\$ 300 milhões de déficit em 2019) (LAISNER, 2019).

Diante disso, evidencia-se que, a partir do governo Temer (2016), as questões que tangem políticas públicas sociais, democracia e cidadania estão sendo deixadas de lado. Laisner (2019) destaca que “isso faz-se ainda mais presente no que corresponde às políticas sociais, com destaque para a área de educação e, em particular, para a internacionalização da educação superior.

A internacionalização no ensino superior é imprescindível para o desenvolvimento do país, para as universidades e para os envolvidos em todo o processo, por isso, fez-se mister que estudos como esses possam ser realizados, como forma de descrever o que vem acontecendo e para que reflexões possam ser feitas e futuras soluções viabilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização não é um fenômeno recente e ganhou força com o processo de globalização e o desenvolvimento tecnológico, o que resultou em um contexto no qual as fronteiras geográficas foram superadas pelo uso de ferramentas tecnológicas, facilitando a interação entre os indivíduos de diferentes nações. A globalização e o desenvolvimento tecnológico também evidenciaram as diferenças socioeconômicas entre os países e as nações menos abastadas não conseguiram seguir as mesmas tendências de crescimento econômico, tecnológico, educacional, etc. tornando-se ainda mais marginalizadas.

Tendo isto em vista, a mobilidade internacional proporciona aos países “mais carentes” a possibilidade do envio de estudantes, professores e pesquisadores a instituições de ensino superior de outros países mais desenvolvidos em determinadas áreas para a ampliação do processo de aprendizagem, já que eles têm contato com novas culturas, métodos e técnicas, vivenciando experiências teóricas e práticas não possíveis em seu país de origem. A literatura acerca da internacionalização aponta alguns benefícios: destaca que este processo possibilita a cooperação e a colaboração entre as instituições e os países através de formação de redes de ensino, tornando o conhecimento difundido de modo igualitário; permite às instituições ampliarem o conhecimento em áreas específicas, na quais não atingiram a excelência sozinhas e diminui a distância técnica e tecnológica entre os países.

Ademais, a mobilidade acadêmica e estudantil proporciona aos envolvidos um ambiente rico ao desenvolvimento de novos saberes, a aquisição de novas habilidades, o aprendizado de novas técnicas e métodos, a vivência com novas culturas e o contato com novas experiências educacionais, pessoais e profissionais.

Em síntese, habilidades e conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento de áreas estratégicas para o governo. Assim, a internacionalização deve ser vista como elemento estratégico para o desenvolvimento de um país.

A partir dos dados evidenciados neste ensaio, observa-se que a internacionalização é quista como aspecto crucial para o desenvolvimento dos países e que ganhou maior ênfase a partir da globalização e do avanço tecnológico, na qual as relações sociais tornaram-se mais complexas, deixando ainda mais forte a importância da cooperação e da formação de redes entre as nações, como forma de sobrevivência e desenvolvimento.

No Brasil, o processo de internacionalização foi acelerado a partir do governo da Presidenta Dilma Rousseff com o do acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos que resultou na criação do PCsF em 2012. Este programa possibilitou que estudantes, professores, pesquisadores, entre outros acadêmicos, pudessem passar pelo processo de mobilidade acadêmica em instituições consideradas renomadas em outros países. Foram priorizadas áreas do conhecimento consideradas prioritárias pelo governo brasileiro para o seu desenvolvimento econômico, científico e tecnológico.

Desta forma, foram oferecidas inúmeras bolsas com destino majoritariamente para os EUA e para outros países europeus, o que chamou a atenção de autores como Spears (2014) que aponta que o país norte-americano passava desde 2008 por graves problemas financeiros e, a partir do acordo bilateral EUA-Brasil, foram injetados na economia norte-americana milhões de reais. Contudo, mesmo que os objetivos da mobilidade acadêmica e estudantil não sejam, a priori, financeiro, este não descaracteriza o processo de internacionalização, o “ganho” monetário pode ser resultado secundário do “intercâmbio”, porém, deve-se tratar com moderação este aspecto inviabilizando a prática de estabelecimento de acordo apenas como o propósito econômico-financeiro, priorizando-se os objetivos da internacionalização (cooperação, aprendizado, interação cultural etc.).

Os dados apresentados neste estudo também apontam para um alerta acerca de como a Educação, mais especificamente a mobilidade internacional no ensino superior, tem sido tratada pelo governo atual. Observa-se que, a partir do ano de 2016, a educação, assim como outras questões sociais, não mais apresentam-se como preocupação dos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), despontando em um corte significativo na oferta de bolsas para a internacionalização em suas diferentes modalidades.

Sabe-se que o cenário global atual está passando por uma crise do capitalismo, o que pode até certo ponto afetar o financiamento de políticas de educação, contudo, o orçamento discricionário dos órgãos da união para 2021 evidencia que as áreas mais afetadas com as medidas de austeridade do país voltam-se, especificamente,

para a educação, assistência social, cidadania, ciência e tecnologia, meio ambiente, saúde e desenvolvimento regional. Em contrapartida, a advocacia-geral da união, agricultura, pecuária e abastecimento, economia, infraestrutura, minas e energia apresentaram previsão de crescimento, logo, cabe aqui uma reflexão mais profunda deste fenômeno.

Destarte, é inegável a importância da internacionalização para o desenvolvimento da educação superior e para o próprio desenvolvimento do país. Entretanto, não está sendo tratada com a devida importância. Portanto, a ausência de fomento em políticas públicas estratégicas de internacionalização pode, dentre outros aspectos, aumentar as barreiras educacionais, sociais, tecnológicas, culturais e econômicas, por impossibilitar a cooperação do país com outras nações, impedindo o desenvolvimento do Brasil. O que acarretará, a longo prazo, consequências desastrosas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR PEREIRA, E. M. De; HEINZLE, M. R. S.; PINTO, M. M. Internacionalização na educação superior e mobilidade estudantil: o vai e vem de jovens acadêmicos. **Revista Espaço Pedagógico**, 2017. v. 24, n. 1, p. 35–49. Disponível em: <<https://doi.org/10.5335/rep.v24i1.6990>>. Acesso em: 08 de ago. 2020.

BORGES, D. S.; TAUCHEN, G. **Internacionalização e mobilidade: aproximações no âmbito da AULP**. Curitiba: PUCPR, 2017. p. 9243–9255. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25029_12537.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2020.

CASTRO, A. A.; CABRAL NETO, A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. **Revista Lusófona de Educação**, 2012. v. 21, n. 21, p. 69–96. Disponível em: <http://www.scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502012000200005&lang=pt%0Ahttp://www.scielo.mec.pt/pdf/rle/n21/n21a05.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2020.

CUNHA, M. I.; RESCHKE, M. J. D. Internacionalização da educação e mobilidade estudantil em questão. **Reunião Científica Regional da Anped XI ANPED SUL**, Curitiba, jul. 2016. p. 1–19. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/eixo8_MARIA-ISABEL-DA-CUNHA-MARIA-JANINE-DALPIAZ-RESCHKE.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2020.

DIAS, M. A. R. Dez anos de antagonismo nas políticas sobre ensino superior em nível internacional. **Educação & Sociedade**, 2004. v. 25, n. 88, p. 893–914. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-73302004000300012>>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

LAISNER, R. (Des) caminhos da democracia na internacionalização da Educação Superior no Brasil. **X Congresso Latinoamericano de Ciencia Política (ALACIP)**, Monterrey, 2019. p. 1–9. Disponível em: <<https://alacip.org/cong19/189-laisner-19.pdf>>. Acesso em: 02 de set. 2020.

LIMA, M. C.; RIEGEL, V. Motivações da Mobilidade Estudantil entre os Estudantes do Curso de Administração. **Guavira Letras: Sociedade contemporânea: diversidade e multiculturalismo**, 2010. n. 10, p. 178–197. Disponível em: <<http://websensors.net.br/seer/index.php/guavira/article/view/283>>. Acesso em: 02 de set. 2020.

LUCE, M. B.; FAGUNDES, C. V.; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, 2016. v. 21, n. 2, p. 317–340. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772016000200002> Internacionalização>. Acesso em: 08 de ago. 2020.

MARMOLEJO, F. Internacionalización de la educación superior: lo bueno, lo malo y lo inesperado. **The Chronicle of Higher Education**, 2012. Disponível em: <<https://www.ugto.mx/internacional/images/pdf/4e.pdf>>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

MAUÉS, O. C.; BASTOS, R. Dos S. Políticas de internacionalização da Educação Superior: o contexto brasileiro. **Educação**, 2017. v. 40, n. 3, p. 333–342. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1981-2582.2017.3.28999>>. Acesso em: 02 de set. 2020.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico ? **Revista de Administração Contemporânea**, 2011. v. 15, n. 2, p. 320–332. Disponível em: <<https://doi.org/10.14244/198271991026%0A%0A>>. Acesso em: 07 de fev. 2022.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, 2006. n. 28, p. 107–124. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/er/a/k4qqgRK75hvVtq4Kn6QLSJy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

SOUZA JÚNIOR, J. M. A internacionalização e a mobilidade na Educação Superior: o debate na América Latina. **Revista de Iniciação Científica da FFC - (Cessada)**, 2010. v. 10, n. 2, p. 1–17. Disponível em: <<https://doi.org/10.36311/1415-8612.2010.v10n2.345>>. Acesso em: 02 de set. 2020.

SPEARS, E. O valor de um intercâmbio: mobilidade estudantil brasileira, bilateralismo & internacionalização da educação. **Revista Eletrônica de Educação**, 2014. v. 8, n. 1, p. 151–163. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14244/198271991026>>. Acesso em: 14 de ago. 2020.

Geisiane Antonita do Nascimento

Mestranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal de Pernambuco (PROPAD/UFPE) na linha de pesquisa em Gestão Organizacional: Estratégia, Operações e Sustentabilidade e bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE). cursando Especialização em Administração Pública Municipal (EAPM/UFPE). Bacharel em Administração (2020) e licenciada em Ciências Biológicas (2014) pela Universidade Estadual da Paraíba. Participante do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos de Sustentabilidade (GIPES) e do Grupo de Acompanhamento do Plano Estadual de Educação do Estado da Paraíba (UEPB). Possui experiência como professora de Ciências Biológicas, participou como voluntária em Pibic, projetos de extensão e da Empresa Júnior NAPPES e como aluna bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET).

E-mail: geisianne10@hotmail.com

Sibele Thaise Viana Guimarães Duarte

Doutora em Engenharia da Produção pela COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (2015). Mestre em Engenharia da Produção pela Universidade Federal da Paraíba (2005). Graduada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande (2001). Professora do Curso de Administração na Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em mercadologia e planejamento estratégico, tendo trabalhado também com os temas: qualidade, inovação tecnológica e processos. Atualmente está trabalhando com temas que versam sobre Sustentabilidade, Avaliação Social do Ciclo de Vida (ACV-Social), Desenvolvimento Regional e Planejamento Urbano e Regional. Professora Doutor C no Departamento de Administração e Economia (CCSA) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

E-mail: sibeletaise@servidor.uepb.edu.br

Recebido em: 12/05/2022

Aprovado em: 06/07/2023